



Imprimir



Fale Conosco



Zoom+

Zoom-

Edições  
Anteriores

Busca

ANO V - Número 53  
Brasília, 10/10/2011

## Boletim Informativo

### Maria da Penha indenizada I

Foto:  
GOVERNO DO CEARÁ

Após sete anos Maria da Penha recebe indenização do Estado do Ceará

Após sete anos de espera, a biofarmacêutica Maria da Penha, que dá nome à Lei 11.340/06, recebeu na segunda-feira (07/07) uma indenização de R\$ 60 mil do governo do Ceará. O pagamento foi uma recomendação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) pela demora na punição do seu ex-marido, o colombiano Marco Antonio Herredia, que tentou matá-la duas vezes e a deixou paraplégica. A entrega da indenização ocorreu na sede do governo, no Palácio Iracema, em Fortaleza (CE) e contou com a presença da ministra Nilcéa Freire, da SPM, do vice-governador do Estado do Ceará, Francisco Pinheiro, do subsecretário nacional de Direitos Humanos, Perly Cipriano, do secretário estadual da Justiça e Cidadania, Marcos Cals, das representantes do Comitê Latino-Americano e do Caribe para a defesa dos Direitos da Mulher e do Centro pela Justiça e Direitos Internacionais, Valéria Pandjarian e Beatriz Afonso, dentre outras autoridades, além das três filhas da Maria da Penha.



### Maria da Penha indenizada II

Na ocasião, Nilcéa Freire reiterou o compromisso das esferas federal e estadual com o enfrentamento à violência contra a mulher. Ela declarou ainda que pretende ampliar as relações com o Ceará para o combate às agressões contra as mulheres. "Com este ato, o Estado Brasileiro conclui o processo de reparação à Maria da Penha", disse a ministra. Ao receber o cheque, Maria da Penha afirmou se sentir feliz, porque o governo reconheceu o erro e, com a indenização, pôs fim a uma espera de sete anos. "Consegui transformar a dor e as adversidades em luta e modificar a vida de muitas mulheres. É por isso que essa Lei tem um significado muito forte", afirmou Maria da Penha. Durante discurso, o vice-governador, ressaltou que existe o engajamento do Estado nas políticas públicas voltadas para as mulheres, como a implantação de delegacias, rede de atendimento e fortalecimento do Conselho Cearense dos Direitos da Mulher.



### AGENDA

#### Brasil debate os rumos da Ciência

A ministra Nilcéa Freire, da SPM, participa, neste domingo (13/07), a partir das 19h, no campus da Unicamp, da abertura da 60ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Na segunda-feira, Nilcéa compõe a mesa-redonda "As Mulheres nas Ciências nos 60 anos da SBPC", onde vai fazer uma explanação sobre o assunto. Também participam dessa mesa a vice-presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Wrana Panizzi, a professora Márcia Cristina Bernardes Barbosa, do Instituto de Física/UFRGS, e a pesquisadora Nara Azevedo, da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ/RJ).

#### São Carlos

No dia 14 de julho, em São Carlos (SP), a ministra Nilcéa Freire faz

uma apresentação sobre o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher, que será, a partir das 9h, no Novo Paço Municipal. Em seguida, ela visita o Centro de Referência de Atendimento à Mulher de São Carlos e se encontra com o prefeito da cidade, Newton Lima.



### **Trabalho e Empreendedorismo I**

Nos dias 16 e 17 de julho, será realizado, em Brasília, o seminário "Programa Trabalho e Empreendedorismo da Mulher" com o objetivo de aprofundar o debate sobre áreas do trabalho, educação, direitos humanos, raça e etnia e empreendedorismo na perspectiva de gênero e propiciar um espaço para troca de experiências que possibilite a reflexão sobre a importância da criação e implementação de políticas públicas de igualdade entre homens e mulheres no mundo do trabalho. Na ocasião, a ministra Nilcéa Freire assina com representantes dos governos de Santa Catarina e do Distrito Federal acordos de cooperação para efetivação do Programa nestes estados bem como com o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), o SEBRAE e a Federação das Associações das Mulheres de Negócios e



Profissionais do Brasil (BPW-Brasil).



### **Trabalho e Empreendedorismo II**

Participam da abertura, a ministra Nilcéa Freire, representantes dos governos de Santa Catarina, do Distrito Federal e do Rio de Janeiro, do IBAM, do SEBRAE, da BPW, do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e da Bancada Feminina do Congresso Nacional. No último dia do seminário (17/7), será apresentado o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher e feita a relação de como a geração de renda e as redes de economia solidária favorecem o rompimento do ciclo de violência. O evento ocorre no Sant Paul Park Hotel (Setor Hoteleiro Sul QD. 02, bloco H).



## **ACONTECEU**

### **CR no Maranhão**

Nilcéa Freire visitou, na terça-feira (08/07), o Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, inaugurado no mês passado pela Prefeitura de São Luís. A Casa da Mulher, primeiro Centro de Referência do Maranhão, é resultado de convênio celebrado entre a SPM e a Prefeitura de São Luís, por meio

## CCJC decide pelo retrocesso

A Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJC), da Câmara dos Deputados, rejeitou, nesta quarta-feira (09/07), o Projeto de Lei 1.135/91 que descriminaliza o aborto. Dos 61 deputados da CCJ, cerca de 40 estavam na sessão. Entre os membros da Comissão, votaram a favor da descriminalização os deputados federais José Eduardo Cardozo (PT/SP), José Genoino (PT/SP), Eduardo Valverde (PT/RO), Régis de Oliveira (PSC-SP) e Paulo Rubens (PDT/PE). O PL de autoria dos ex-deputados Eduardo Jorge e Sandra Starling está no Congresso desde 1991 e já havia sido rejeitado, este ano, na Comissão de Seguridade Social e Família por maioria absoluta.



## Boicote

No dia 2 de julho, a SPM foi impedida de compor a mesa da audiência pública realizada pela CCJ, da Câmara dos Deputados, para discutir o PL 1135/91. O mesmo não ocorreu com representantes do Ministério da Justiça e da Saúde. O convite à SPM para participar da audiência foi feito dias antes pelo presidente da CCJ e aprovado pela própria Comissão.



## Moção de aplauso a deputados federais

Na segunda reunião ordinária do Conselho, que ocorreu nesta quinta-feira, as conselheiras do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) decidiram, por unanimidade, fazer uma moção parabenizando o posicionamento público e voto de parlamentares em defesa dos direitos das mulheres, na CCJ. Os deputados federais homenageados na moção são José Eduardo Cardozo, José Genoino, Eduardo Valverde, Régis de Oliveira e Paulo Rubens, porque votaram a favor do PL 1135/91, que descriminaliza o aborto. Além disso, a moção de aplauso também lamenta o resultado da votação ocorrida na CCJ. Confira a íntegra do documento.



## Descriminalização do aborto

A legislação brasileira sobre aborto é uma das mais rigorosas do mundo. Chile e Nicarágua seguem o mesmo rito. Na Europa, somente em Malta (pequeno país europeu, composto por um arquipélago de cinco ilhas) o procedimento é proibido, em qualquer circunstância. No restante dos países europeus, inclusive na Itália, onde está o Vaticano, o aborto é legal - com variações das circunstâncias em que é permitido ou simplesmente sem restrições. Há cerca de um ano, Portugal - um país também de maioria católica - descriminalizou o aborto após plebiscito. Na América Latina, o México - onde a Igreja Católica exercia forte pressão contrária - descriminalizou o aborto antes de 12 semanas de gravidez. Nos Estados Unidos, desde 1973, a prática é legal na maioria dos estados, embora cada um tenha uma lei diferente. O primeiro país do mundo a legalizar o aborto foi a União Soviética, nos anos 1920. O segundo foi a Alemanha Oriental e depois Islândia, Dinamarca e Suécia, nos anos 30.

Coordenadoria Municipal da Mulher, em dezembro do ano passado. No local, as usuárias recebem atendimento psicológico, social e jurídico. É oferecido ainda, amparo emocional por meio de oficinas terapêuticas, palestras e diálogos. O novo espaço conta com uma equipe multidisciplinar formada por 34 profissionais, entre psicólogos, assistentes sociais, terapeutas ocupacionais, advogado, pedagogo e outros.



## Recomendações sobre a saúde I

Representantes da Rede Feminista de Saúde Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, OAB/RJ, Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (Febrasgo) e Bem-Estar Social Familiar no Brasil (BEMFAM), acompanhados da deputada federal Cida Diogo (PT-RJ), entregaram, no dia 3 de julho, a Carta de Recomendações Saúde da Mulher, Mortalidade Materna e Redução de Danos: Diagnósticos e Perspectivas para a ministra Nilcéa Freire, da SPM. O documento foi elaborado durante workshop homônimo, que aconteceu no Rio de Janeiro, em dezembro de 2007, com apoio da SPM.



## Pacto na Bahia I

Bahia foi o primeiro estado brasileiro a lançar o Pacto Estadual de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. A solenidade ocorreu, no dia 30 de junho, no Salão Nobre do Palácio da Reitoria da UFBA, em Salvador, e foi marcada pela assinatura do termo de cooperação e convênio entre a ministra Nilcéa Freire, da SPM, e governador da Bahia, Jaques Wagner, e para execução do Pacto Estadual. O ato também contou com a presença do secretário estadual de Promoção da Igualdade (Sepromi), Luiz Alberto, do reitor da UFBA, Naomar Almeida, da superintendente de Políticas para as Mulheres, Ana Castelo, da presidente do Tribunal de Justiça da Bahia, Silvia Zarif, da defensora geral da Defensoria Pública da Bahia, Tereza Cristiana, da dirigente do Programa Gênero e Diversidade da Petrobrás, Maria Augusta, da coordenadora da AGENDE, Marlene Libardoni, de dezenas de prefeitos baianos, parlamentares e representantes da sociedade civil.

Foto:  
DANIEL MORENO



Assinatura do Pacto

## Pacto na Bahia II

Na ocasião, houve o lançamento do DVD "Por uma Vida sem Violência", referente ao ato-show realizado em novembro de 2007, no Canecão (RJ), em comemoração ao Dia Internacional da Não-Violência contra as Mulheres.

## Cafezinho...

Durante encontro com a presidente das Voluntárias Sociais da Bahia, Fátima Mendonça, no dia 30 de junho, no Palácio de Ondina, em Salvador, a ministra Nilcéa Freire, falou sobre a parceria firmada entre a Secretaria e a organização no combate à violência contra a mulher. "As Voluntárias vão participar ativamente dos projetos de combate à violência contra a mulher aqui na Bahia", garantiu. Segundo Nilcéa, a idéia é fazer uma grande mobilização no dia 8 de março de 2009 - Dia Internacional da Mulher - na Bahia e no Rio de Janeiro. "Nós queremos que as mulheres se mobilizem e se conscientizem do seu papel na sociedade", acrescentou. Nilcéa relatou que o evento será realizado também com as mulheres africanas, para fazer uma interação entre as duas nações, aliando cultura e responsabilidade social. De acordo com a presidente das Voluntárias, Fátima Mendonça, o

## Recomendações sobre a saúde II

Na audiência, a ministra reiterou o compromisso da SPM com a temática associando-o ao plano de ação e às metas previstas no II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres no eixo 3: Saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos. Nilcéa citou como avanços as conquistas na área dos direitos sexuais e reprodutivos e a parceria entre a SPM e o Ministério da Saúde, através de instrumentos como Plano de Enfrentamento à Feminização da Aids, Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal e Política (campanhas) de Planejamento Familiar.

## Recomendações sobre a saúde III

Nilcéa também destacou a importância do programa Gênero e Diversidade na Escola, que prevê a formação de professores da rede pública nas questões de sexualidade e direitos sexuais e reprodutivos para abordagem em sala de aula. Além da entrega do documento ao governo federal, a sociedade civil está organizando três workshops para apresentação e reflexão da carta de recomendações. O circuito começa no dia 31

mais importante é a valorização da mulher. "É preciso preservar a saúde integral da mulher, pois sem ela, não existe vida, não existe nada no mundo" afirmou. Também participou do encontro, o secretário de Promoção da Igualdade, Luiz Alberto.

## Pacto no Maranhão I

Foto:  
HANDSON  
CHAGAS



Assinatura\_do\_Pacto

Nesta terça-feira (08/07), no Palácio Henrique de La Roche, em São Luís (MA), a ministra Nilcéa Freire e o governador do Maranhão, Jackson Lago, assinaram termo de cooperação para a execução do Pacto Estadual de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher. O acordo estabelece um regime de colaboração mútua para execução de ações cooperadas visando à implementação do Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres. Na mesma ocasião, foi lançado o Plano Estadual de Políticas para as Mulheres do Maranhão.

## Pacto no Maranhão II

De acordo com a ministra, a assinatura do pacto, define uma outra maneira de tratar a violência contra a mulher no Estado. "A partir de agora, as ações passam a ser realizadas de maneira integrada, tripartite, com a colaboração da União com o Maranhão e os municípios. A integração possibilita a implantação de serviços, capacitação de agentes públicos, para lidarem com a violência e trabalha ainda a educação e a realização de campanhas", disse.

## Pacto no Maranhão III

Participaram do ato, a secretária Estadual da Mulher, Lourdes Leitão, o presidente da Assembléia Legislativa, João Evangelista, a primeira-dama do Estado, Clay Lago, os prefeitos de São Luís, Coelho Neto, Açailândia, Imperatriz, Barreirinhas, São Vicente Férrer, Colinas, Matões do Norte, Miranda do Norte, Parnarama, Guimarães, Bom Jesus das Selvas, Santa Rita, Cururupu, Igarapé do Meio e Itapecuru - que também assinaram o

de julho em Natal, seguindo para Fortaleza e Belém. [Leia a íntegra do documento.](#)

## Projetos de mestrado I

Foi aberto nesta terça-feira (08/07), pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) em parceria com a SPM, o [edital](#) Enfrentamento da Violência contra as Mulheres. Seu objetivo é estimular a criação, o fortalecimento e a ampliação de áreas de concentração e linhas de pesquisa em programas de pós-graduação stricto sensu dirigidas aos estudos feministas e de gênero, especialmente no que se refere ao enfrentamento da violência contra as mulheres. O prazo final para envio dos projetos se encerra em 15 de agosto. Os projetos devem ser enviados pela via postal para CAPES/Coordenação de Programas Especiais, Ministério da Educação, Anexo II, sala 204, caixa postal 365, CEP 70359-970, Brasília-DF.

## Projetos de mestrado II

Essa linha de financiamento selecionará 11 projetos de pesquisa de mestrado que tenham como foco a formação/qualificação de pessoas e a produção de conhecimento científico e

pacto - além de deputados, vereadores, representantes do Poder Judiciário e da sociedade civil.

## Artesanato como geração de renda I

A ministra Nilcéa Freire, da SPM, e o governador do Tocantins, Marcelo Miranda, assinaram, no dia 2 de julho, no Palácio Araguaia, em Palmas, um acordo de cooperação técnica para desenvolver, no Tocantins, o projeto "Trabalho, Artesanato, Turismo e Autonomia das Mulheres". A iniciativa tem como meta beneficiar 4.500 mulheres em 14 cursos de formação, baseados no melhor aproveitamento de recursos naturais como capim dourado, buriti e babaçu, sem degradar o meio ambiente. A seleção das participantes deve iniciar em setembro e os cursos devem acontecer em associações de artesãs, centros comunitários e salas cedidas por escolas públicas.

Foto:  
SPM



Confecção das peças

## Artesanato como geração de renda II

Serão beneficiadas mulheres de 13 municípios: Palmas (oficinas geração de renda intercaladas com palestras sobre saúde e cidadania) região do Jalapão (capacitação para uso racional e diversificado do capim dourado) e Bico do Papagaio (artesanato em babaçu e buriti). Os municípios contemplados pelo projeto têm baixos índices de desenvolvimento humano. Nessas regiões, a população feminina tem uma cultura de subsistência, sustenta as famílias e trabalha com a extração vegetal, atividade em que mão-de-obra humana vem sendo rapidamente substituída pela industrial.

Foto:  
SPM

tecnológico envolvendo os estudos de gênero, mulheres e feminismos no que se refere ao enfrentamento da violência contra as mulheres. Podem candidatar-se estudantes de mestrado regularmente matriculados em cursos de pós-graduação stricto sensu no Brasil, devidamente recomendados pela Capes, com nota igual ou superior a três. A iniciativa é inédita e está integrada ao Programa Mulheres em Ciências de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica da Capes e ao Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Mais informações na Coordenação de Programas Especiais pelo fone (61) 2104-8806 ou pelo e-mail

cpe@capes.gov.br.

[Leia o edital.](#)

## Consultoras do Pacto I

No dia 3 de julho, foi divulgada a lista de consultoras selecionadas pela SPM para desenvolver e implementar metodologia de monitoramento e avaliação da ação do Pacto Nacional de Enfrentamento da Violência contra as Mulheres nos seguintes estados: Pará; Região Nordeste; Bahia; Minas Gerais; Rio de Janeiro; São Paulo e Rio Grande



Trabalhos das artesãs

### Artesanato como geração de renda III

O projeto será desenvolvido pela Fundação Cultural do Estado, por meio de parceria entre a SPM e o Ministério do Turismo. Além de deslocar a capacidade produtiva das mulheres para outra área da economia, o projeto visa incentivar o trabalho cooperado das artesãs e afirmar o espaço produtivo das mulheres. De acordo com o planejamento do projeto, a comercialização da produção será feita diretamente pelas mulheres, nas rotas turísticas do interior do Tocantins e na Casa do Artesão, loja que será instalada no centro de Palmas.

Foto: SPM



Trabalho das artesãs

### Desequilíbrio nas eleições

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) recebeu dos Tribunais Regionais o pedido de 306.901 registros de candidaturas a prefeito, vice-prefeito e vereador para as eleições de outubro, em todo o Brasil. A maior parte é formada por homens (79,4%) - 243.600 candidatos - e 63.301 mulheres (20,6%).

### Plataforma suprapartidária

O Fórum Nacional de Instâncias de Mulheres de Partidos Políticos e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) assinarão uma plataforma política suprapartidária chamada "Mais Mulheres no Poder, Eu assumo esse compromisso!" a ser apresentada a candidatos e candidatas às prefeituras e câmaras de vereadores de todo o país. A idéia é fazer um trabalho de sensibilização em 2008 e estabelecer uma agenda propositiva para ampliar a participação das mulheres na política. Atualmente o Brasil ocupa a 146ª posição, entre os 192 países avaliados pela União Parlamentar sobre a participação das Mulheres no Parlamento.

do Sul. São elas: Adelaide Suely de Oliveira (Região Nordeste), Carmen Henri de Campos (Rio Grande do Sul), Carolina Coelho (Minas Gerais), Flávia Melo da Cunha (Pará), Gleide Selma de Hora (Rio de Janeiro), Valdecir Pedreira do Nascimento (Bahia) e Wania Pasinato (São Paulo). O contrato é regido pelo convênio entre a SPM e Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM).

### Consultoras do Pacto II

A próxima etapa deste processo será uma oficina de trabalho em Brasília, coordenada pela Subsecretaria de Enfrentamento à Violência, da SPM, para nivelar entendimentos e conceitos e estabelecer um cronograma de trabalho a ser desenvolvido nos próximos doze meses - período de vigência da contratação.

#### Expediente:

ASCOM/SPM

Jornalista responsável:

Gabriela do Vale ( DF 2488JP )

Editoração: ASCOM/SPM

Telefone: (55 61) 3411-4214

[spmimprensa@spmulheres.gov.br](mailto:spmimprensa@spmulheres.gov.br)

O conteúdo do boletim pode ser reproduzido parcial ou totalmente, desde que seja citada a fonte.

**Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres**

Via N1 Leste s/nº, Pavilhão das Metas, Praça dos Três Poderes -  
Zona Cívica Administrativa  
70150-900 Brasília DF  
Telefone: (61) 3411-4330 e 3411-4246  
spmulheres@spmulheres.gov.br www.spmulheres.gov.br